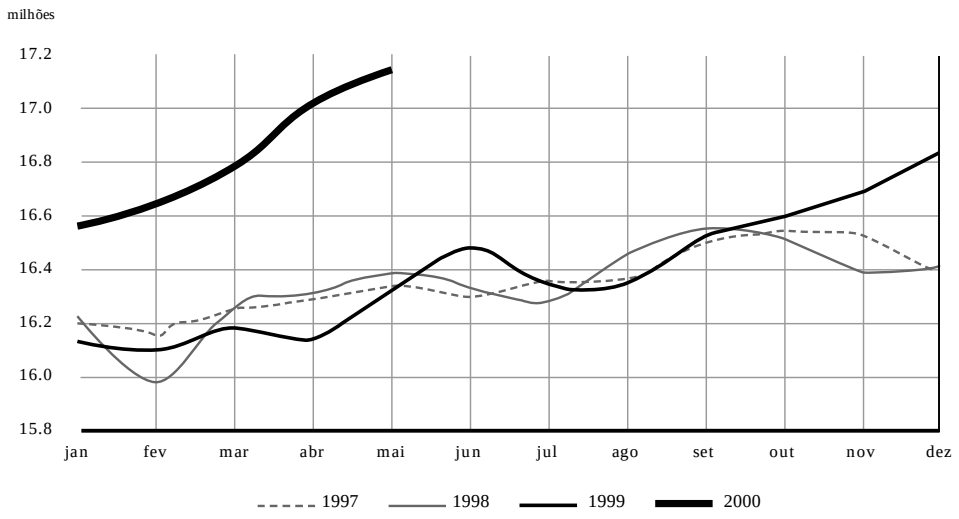
Mercado de Trabalho

A divulgação dos dados referentes ao último mês de maio da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) trouxe como fato de maior relevância a manutenção do padrão de funcionamento recente do mercado de trabalho metropolitano. De fato, o comportamento dos principais indicadores de desempenho do mercado de trabalho das seis regiões metropolitanas cobertas pela PME nos primeiros meses do ano 2000 não apresenta, ressalvadas as influências de natureza sazonal, mudanças significativas em relação ao padrão que já havia se delineado a partir de meados do ano anterior.

O aspecto mais relevante continua sendo a expressiva capacidade de geração de novos postos de trabalho, confirmando assim a ruptura do processo de estagnação do nível de ocupação metropolitano que caracterizou o período 1997-98 e boa parte de 1999. A inflexão na curva de evolução temporal do nível de ocupação pode ser facilmente visualizada no Gráfico abaixo: nos últimos meses de 1999 esta curva passa a crescer seguidamente e há um "descolamento" em relação aos níveis verificados um ano antes. Mais do que isso, chama a atenção o fato de esta diferença em relação ao mesmo mês do ano anterior tornar-se cada vez mais pronunciada ao longo dos primeiros meses deste ano: enquanto o nível médio de ocupação de janeiro a maio de 2000 cresceu 4,2% em relação à média do mesmo período em 1999, este crescimento é superior a 5%, quando se comparam os níveis do mês de maio em cada um dos dois anos.

GRÁFICO 1
BRASIL - NÍVEL DE OCUPAÇÃO METROPOLITANO (PME/IBGE)



Fonte: elaboração própria

As taxas recentes de crescimento do nível de ocupação metropolitano são bastante superiores ao ritmo de expansão demográfica da População em Idade Ativa (PIA), que situa-se em torno de 2% ao ano. Ainda assim, as taxas de desemprego, embora tenham declinado levemente nos últimos meses, permaneceram em patamares muito similares aos observados no início de 1999: a média dos cinco primeiros meses de 2000 foi, para todos efeitos práticos, virtualmente a mesma observada de janeiro a maio de 1999, ficando pouco abaixo da marca de 8%.

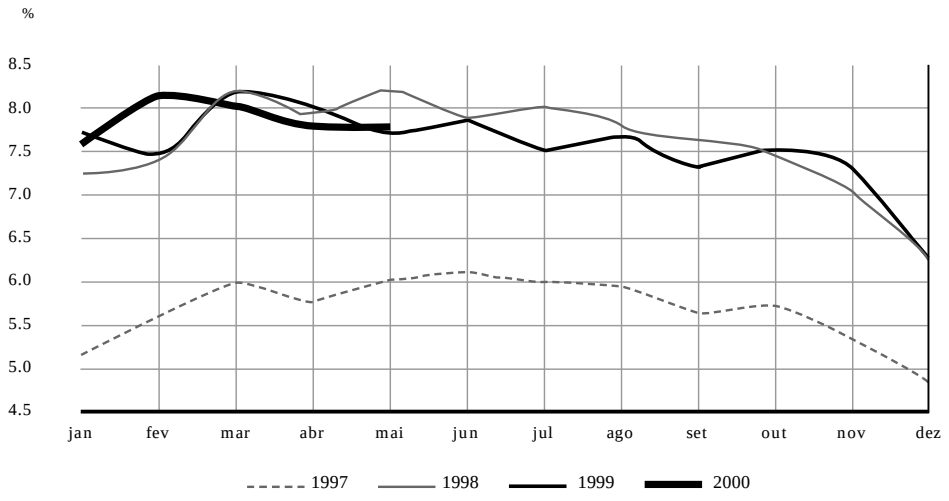
Conforme já salientado por diversas vezes em edições anteriores deste Boletim, é no comportamento da oferta de trabalho que se encontra a explicação para esta, em certo sentido aparente, estabilidade. A pouca atratividade do mercado de trabalho durante um prolongado intervalo de tempo fez com que a parcela das pessoas da PIA que dele participavam – taxa de participação ou taxa de atividade – declinasse, particularmente no início de 1999. Com isso houve uma redução no contingente de trabalhadores procurando emprego, o que acabou por evitar que a taxa de desemprego aumentasse ainda mais.

A partir do momento em que o mercado de trabalho tornou-se mais atrativo, passando a gerar mais postos de trabalho, ocorreu uma reversão no processo e a pressão do lado da oferta voltou a aumentar, por conta do retorno de trabalhadores que dele haviam se retirado por desalento ou adiado seu ingresso, neutralizando em boa medida os progressos do lado da demanda, ao menos no que tange à taxa de desemprego.

No último mês de maio a taxa de participação praticamente igualou os níveis observados em maio de 1998 e de 1997, mas ainda encontra-se 1,2 pontos percentuais abaixo do observado em maio de 1996. Seria necessário saber, então, para que patamar ela virá a convergir no futuro próximo, para que fosse viável avaliar a trajetória da taxa de desemprego no restante do ano. Em permanecendo a tendência de alta, é possível que, mesmo em um cenário de expansões adicionais do nível de ocupação, o que parece plausível no momento, ela não venha a cair de forma mais expressiva no futuro imediato. De qualquer forma, mantida a vitalidade da demanda por trabalho, é uma questão de tempo para que estas quedas venham a ocorrer.

O outro grande agregado de interesse – o rendimento real médio – não vem, ao

GRÁFICO 2
BRASIL - TAXA DE DESEMPREGO METROPOLITANO (PME/IBGE)



Fonte: elaboração própria

menos por enquanto, apresentando um comportamento muito favorável, mantendo sua trajetória de queda, que vem sendo verificada desde o início de 1998 (no mês de abril o rendimento real foi igual ao de março, mas ainda inferior ao de janeiro).

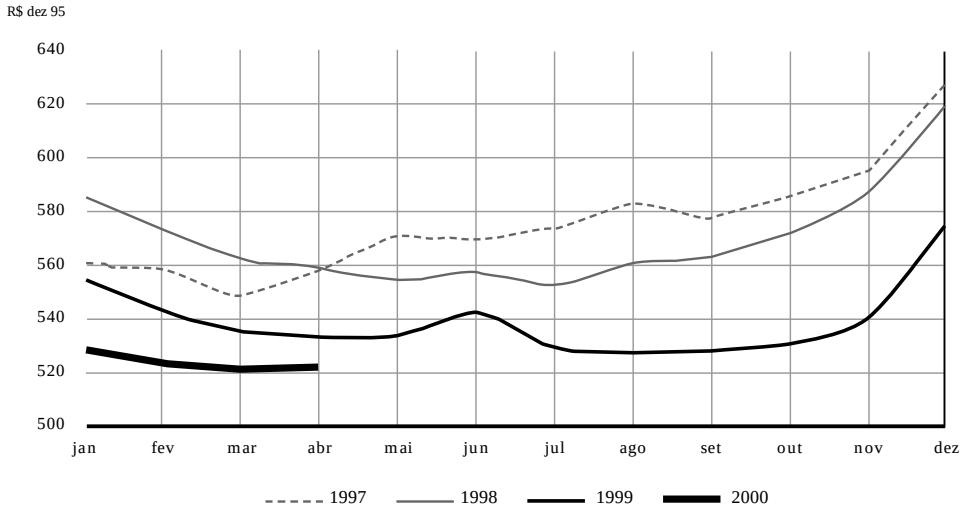
É verdade que a queda observada nos quatro primeiros meses deste ano (os dados sobre rendimentos na PME/IBGE apresentam defasagem de um mês em relação aos demais) pode ser atribuída quase que integralmente a fatores de natureza sazonal, como as férias e o período de carnaval, sendo que este mesmo comportamento foi observado nos anos anteriores (ver Gráfico abaixo).

Ainda assim, os rendimentos no primeiro quadrimestre deste ano são inferiores aos do primeiro quadrimestre do ano passado, que por sua vez já haviam sido menores que os de 1998 e 1997, o que configura um quadro pouco alentador. Quando se comparam as médias dos primeiros quatro meses de 2000 e 1999 a queda é de 3,1%, enquanto que na comparação de abril a abril a retração é menor, da ordem de 2,0%. O fato do hiato vir diminuindo é, sem dúvida, bem-vindo. Não obstante, há que se ter claro que a base de comparação – o ano de 1999 – é fraca, o que serve para qualificar qualquer possível conotação otimista que possa ser emprestada a este estreitamento dos diferenciais de rendimento.

O comportamento dos rendimentos médios para o restante do ano envolve uma considerável dose de incerteza. Se, por um lado, além das expectativas em relação à inflação serem de taxas bastante reduzidas, os indícios são de que o processo de recuperação da demanda por trabalho continuará em curso, o que contribuiria para a recuperação da remune-ração do trabalho em termos reais, por outro, uma eventual continuidade do aumento da pressão do lado da oferta poderá atenuar, e retardar, a materialização de uma reversão mais substantiva do quadro atual.

De qualquer maneira, o panorama é bastante mais favorável que nos anos anteriores, pois mesmo na possibilidade de que os rendimentos não aumentem de imediato, parece bastante plausível conjecturar que a massa salarial deverá continuar apresentando uma tendência de expansão nos próximos meses, contribuindo para estimular o aumento do consumo e da demanda agregada.

GRÁFICO 3
BRASIL - RENDIMENTO REAL MÉDIO METROPOLITANO (PME/IBGE)



Fonte: elaboração própria